

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

BEATRIZ RODRIGUES SANCHEZ

De volta às origens: mapeando os caminhos da interseccionalidade

*Trabalho preparado para apresentação no IX Seminário
Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 6 a 10 de maio de*

2019

São Paulo

2019

Resumo

O conceito de interseccionalidade tem ganhado cada vez mais destaque nas teorias e movimentos feministas contemporâneos. No entanto, a ideia de que diversos eixos de opressão, como gênero, raça e classe, marcam as experiências de vida das mulheres não é novidade. Teóricas e militantes feministas há bastante tempo têm criticado a pretensa universalidade contida no sujeito “mulher”, demonstrando que existem outras formas de opressão além da masculina, como o racismo e o classismo. A novidade, na verdade, está no fato de que apenas recentemente, a partir do conceito de interseccionalidade, essas preocupações ganharam um guarda-chuva teórico comum, inclusive com a criação de cursos e disciplinas específicas. A literatura sobre interseccionalidade é vasta e heterogênea. Neste trabalho, será apresentada uma narrativa que pretende acompanhar a produção do campo e seus principais conflitos e convergências a partir de teóricas estadunidenses e brasileiras. O trabalho será dividido em três partes. Em primeiro lugar, será apresentado o movimento denominado “Black feminism”, que teve origem nos EUA, e sua influência sobre a obra de teóricas como Angela Davis e bell hooks, autoras pioneiras do feminismo negro estadunidense. Em seguida, será apresentado o debate sobre o feminismo negro no caso brasileiro, a partir do resgate do pensamento de Lélia Gonzalez, teórica feminista que foi pioneira em nosso país ao apontar as especificidades das opressões vividas pelas mulheres negras. Logo após, abordaremos o conceito de interseccionalidade da forma como tem sido formulado contemporaneamente por teóricas feministas e os principais embates teóricos e políticos contidos nessa agenda de pesquisa. Por fim, serão apresentadas algumas breves conclusões sobre os desafios que a interseccionalidade nos coloca enquanto campo teórico, perspectiva epistemológica e prática política.

*“I have been woman
for a long time
beware my smile
I am treacherous with old magic
and the noon's new fury
with all your wide futures
promised
I am
woman
and not white.”¹*
(Audre Lorde)

Introdução

O conceito de interseccionalidade tem ganhado cada vez mais destaque nas teorias e movimentos feministas contemporâneos. No entanto, a ideia de que diversos eixos de opressão, como gênero, raça e classe, marcam as experiências de vida das mulheres não é novidade. Teóricas e militantes feministas, tanto nos EUA quanto no Brasil, há bastante tempo têm criticado a pretensa universalidade contida no sujeito “mulher” demonstrando que existem outras formas de opressão além da masculina, como o racismo e o classismo. A novidade, na verdade, está no fato de que apenas recentemente, a partir do conceito de interseccionalidade, essas preocupações ganharam um guarda-chuva teórico comum, inclusive com a criação de cursos e disciplinas específicas.

No que diz respeito à dimensão da prática política, quando falamos sobre “movimentos feministas” estamos nos referindo à um campo discursivo bastante heterogêneo, permeado por diversas identidades e posições políticas (ALVAREZ, 2014). A categoria “mulheres” tem recebido críticas dos movimentos feministas negros tanto por ocultar outras formas de dominação além do sexismo quanto pelo perigo de essencialização² que ela carrega. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar a crítica feita historicamente por teóricas e militantes feministas ao feminismo que se pretende universal, qual seja, o feminismo branco, de classes dominantes e heterossexual. Como dito anteriormente, mesmo antes da formulação do conceito de interseccionalidade, feministas negras já demonstravam a existência de múltiplos eixos de opressão que impactam as vivências das mulheres. Apontavam também para o fato de que não existe

¹ Trecho do poema “A woman speaks” de Audre Lorde. Tradução nossa: “Eu sou mulher / há muito tempo / cuidado com meu sorriso / Eu sou dissimulada, mágica velha / e a fúria nova do meio-dia / com todos os teus futuros largos / em promessa / Eu sou / mulher / e não branca.”

² A ideia de essencialização diz respeito à afirmação de que a categoria “mulheres” teria relação com características biológicas e não com a construção social dos papéis de gênero.

hierarquia entre as diferentes formas de dominação e que, por isso, elas devem ser analisadas de maneira imbricada.

Uma outra questão importante quando o assunto é interseccionalidade está relacionada à conexão entre produção acadêmica e ativismo, ou seja, é muito difícil separarmos as teorias feministas da atuação política dos movimentos feministas. Essa característica faz parte da própria essência dos estudos feministas que foram forjados a partir dos movimentos. Inclusive, em muitos casos, as teóricas feministas também são militantes feministas, como é o caso de Angela Davis e Lélia Gonzalez, por exemplo. Tendo isso em vista, as autoras cujas obras foram selecionadas para análise neste trabalho são aquelas que em sua trajetória deixam mais evidente essa interface entre produção acadêmica e atuação militante.

A literatura sobre interseccionalidade, por ser permeável aos movimentos feministas, é vasta e heterogênea. Neste trabalho será apresentada uma narrativa que pretende acompanhar a produção do campo e seus principais conflitos e convergências a partir de teóricas estadunidenses e brasileiras. A escolha das feministas dos EUA e não de outras feministas como, por exemplo, as teóricas francesas que também discutiram sobre essa questão, se deve ao fato de que os debates desenvolvidos naquele país tiveram e continuam tendo grande influência sobre as teorias e movimentos feministas no Brasil.

O trabalho será dividido em três partes, além desta introdução. Em primeiro lugar, será apresentado o movimento denominado “Black feminism” que teve origem nos EUA e sua influência sobre a obra de teóricas como Angela Davis e bell hooks, autoras pioneiras do feminismo negro estadunidense. Em seguida, será apresentado o debate sobre o feminismo negro no caso brasileiro, a partir do resgate do pensamento de Lélia Gonzalez, teórica feminista que foi pioneira em nosso país ao apontar as especificidades das opressões vividas pelas mulheres negras. Logo após, abordaremos o conceito de interseccionalidade da forma como tem sido formulado contemporaneamente por teóricas feministas e os principais embates teóricos e políticos contidos nessa agenda de pesquisa. Por fim, serão apresentadas algumas breves conclusões sobre os desafios que a interseccionalidade nos coloca enquanto campo teórico e prática política.

O Black Feminism e a interseccionalidade nos EUA

No ano de 1977 foi publicado nos EUA o texto de autoria do coletivo Combahee River intitulado “The Combahee River Collective Statement”. O coletivo Combahee River foi uma organização feminista composta por intelectuais e ativistas como Audre Lorde, autora do poema que precede a introdução deste trabalho, que atuou em Boston entre os anos 1974 e 1980. Esse texto tem sido considerado o manifesto do movimento feminista negro nos EUA por ter influenciado os trabalhos de autoras como Angela Davis, bell hooks³ e diversas outras. Logo no início do texto, as autoras declaram que:

“A afirmação mais geral da nossa política no tempo presente seria a de que nós estamos ativamente comprometidas na luta contra as opressões racial, sexual, heterossexual e de classe, e vemos como nossa tarefa particular o desenvolvimento de uma análise e prática integradas baseadas no fato de que os principais sistemas de opressão são interligados. A síntese dessas opressões cria as circunstâncias das nossas vidas. ⁴” (Combahee River Collective, tradução nossa)

Como é possível perceber por esse trecho, a ideia de que diversos eixos de opressão determinam as experiências de vida das mulheres e de que não há hierarquia entre foi afirmada pelas feministas do Combahee River Collective na década de 1970, muito tempo antes mesmo da criação do conceito de interseccionalidade. O coletivo Combahee River também aponta nesse trecho para a necessidade de integração entre a análise das opressões e a prática política, característica que, como veremos mais adiante, é fundamental para os estudos sobre interseccionalidade desenvolvidos posteriormente.

No documento, as autoras abordam outras quatro questões principais: a gênese do feminismo negro, os pontos de vista defendidos por elas, os problemas para a organização das feministas negras e, por fim, as práticas do feminismo negro. É interessante notar que, ao invés de utilizarem a expressão em inglês “**history**”, as autoras usam o termo “**herstory**”, indicando a origem sexista da palavra história. Elas afirmam também que a

³ A autora bell hooks grifa o seu nome em letras minúsculas como parte de seu posicionamento político.

⁴ No original: “The most general statement of our politics at the present time would be that we are actively committed to struggling against racial, sexual, heterosexual, and class oppression, and see as our particular task the development of integrated analysis and practice based upon the fact that the major systems of oppression are interlocking. The synthesis of these oppressions creates the conditions of our lives.”

origem do feminismo negro não pode ser localizada em indivíduos específicos, mas na luta coletiva de diversas mulheres e de suas ancestrais. Esse ponto é fundamental, uma vez que hoje em dia costuma-se creditar apenas uma autora pela criação do conceito de interseccionalidade, o que ignora toda essa produção coletiva anterior. Como iremos notar na seção sobre o feminismo negro no Brasil, a questão da ancestralidade também é fundamental para as feministas negras brasileiras.

O coletivo também critica a classificação do movimento feminista em ondas. De acordo com as autoras, essa classificação oculta a existência de outras tendências do movimento feminista além do branco, como o feminismo negro e o feminismo lésbico. Assim, questionam a “história oficial” do feminismo e apontam para a necessidade de revisão histórica e de incorporação de outras perspectivas. Um exemplo disso está no fato de que a segunda onda do feminismo geralmente é caracterizada como o momento no qual as mulheres entram no mercado de trabalho, sendo que as mulheres negras já faziam parte dele faz tempo. Portanto, a crítica à pretensa universalidade da categoria “mulher” apresentada posteriormente pelo conceito de interseccionalidade também já está presente no texto.

O debate sobre as políticas de identidade é outro aspecto abordado pelas autoras. Ao contrário do que afirmam algumas interpretações contemporâneas do conceito, a política de identidade possui um caráter radical intrínseco. Elas afirmam que a forma mais profunda e transformadora de se fazer política vem de suas próprias identidades e experiências e não da luta para pôr fim a outras opressões. Isso significa que a articulação das opressões vividas pelas mulheres negras e lésbicas, ou seja, pela vivência do racismo, do sexismo, do heterossexismo e do classismo, gera uma visão de mundo radical e emancipatória que outras pessoas não possuem. Dessa forma, as políticas de identidade não são políticas meramente culturais, mas significam, do ponto de vista dessas mulheres, a superação de todas as formas estruturais de desigualdade. Assim, se as mulheres negras fossem livres, isso significaria que todas as outras pessoas teriam que ser livres porque a liberdade das mulheres negras implicaria a destruição de todos os sistemas de opressão.

Quatro anos depois, em 1981, Angela Davis publicou o livro “Mulheres, raça e classe”, traduzido para o português e publicado no Brasil apenas em 2016. É interessante notar a recepção recente das obras de teóricas feministas negras no contexto brasileiro. Essa incorporação é reflexo, entre outras coisas, da grande influência que essas autoras têm nos movimentos feministas brasileiros contemporâneos, principalmente nos

movimentos de feministas negras jovens e periféricas (RIOS, 2017). Davis, assim como outras teóricas feministas, é um exemplo da aliança entre produção acadêmica e militância. Foi militante dos Panteras Negras e do Partido Comunista dos EUA. Em 1970, foi acusada de participar de ações armadas promovidas pelos Panteras Negras e presa. Após dezoito meses e por conta de uma mobilização mundial através da campanha “Libertem Angela Davis” ela foi inocentada de todas as acusações⁵. Além disso, Davis foi impedida de lecionar na Universidade de Califórnia por conta de sua ligação com o Partido Comunista.

No livro “Mulheres, raça e classe” essa aliança entre militância e produção acadêmica é demonstrada de modo exemplar. Considerado um clássico do pensamento feminista, o livro apresenta como as opressões de classe, gênero e raça se entrecruzam e criam barreiras para a liberdade das mulheres negras. Davis inicia o livro com uma retomada histórica da escravidão nos EUA e da importância desse processo para o entendimento da contemporaneidade. A existência do regime escravocrata impossibilita a análise da sociedade estadunidense sem a consideração de sua dimensão racial. Como veremos a seguir, as autoras feministas negras brasileiras também deram centralidade para a escravidão na análise das opressões sofridas pelas mulheres negras.

Angela Davis aponta também para o fato de que a opressão de classe não tem primazia sobre outras formas de opressão. No artigo “As mulheres negras na construção de uma nova utopia”, fruto de uma Conferência realizada no dia 13 de dezembro de 1997 em São Luís (MA), essa articulação entre gênero, raça e classe, já apontada no livro de 1981, fica evidente:

“As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas.

⁵ Essa história é contada no filme “Libertem Angela Davis” dirigido por Shola Lynch e lançado em 2013.

Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 1997)⁶

Davis, concordando com as feministas do coletivo Combahee River, afirma que as mulheres negras têm um papel essencial na luta contra as desigualdades porque são representantes de um dos grupos mais atingidos pelas consequências nefastas do capitalismo. Isso significa que as mulheres negras foram e são obrigadas a entender, para além de suas próprias opressões, as opressões sofridas por outros grupos. No livro “Mulheres, raça e classe” ela analisa a história das mulheres negras nos EUA a partir de uma perspectiva marxista, partindo da análise da escravidão em seu país e indo até crítica do capitalismo moderno. Davis aborda diversas questões caras aos movimentos feministas a partir da perspectiva das mulheres negras. Aponta para o racismo do movimento sufragista nos EUA, aspecto pouco debatido até hoje pelos movimentos feministas. Aborda também o tema da violência contra as mulheres e como o estupro de mulheres negras por homens brancos tem sido uma forma de opressão frequente. Ademais, discute as políticas de controle de natalidade a partir do paradigma dos direitos reprodutivos. Assim como ocorrido no Brasil, os EUA também adotaram políticas de esterilização involuntária, uma forma racista de controle da natalidade em massa. Assim, para as mulheres negras, a luta pelo direito de planejar a gravidez e por medidas legais e facilmente acessíveis que possibilitassem o aborto teve necessariamente que ser acompanhada pelo fim da prática abusiva da esterilização.

Em nenhum momento do livro Davis utiliza o conceito de interseccionalidade. No entanto, as ideias de que as opressões de gênero, de raça e de classe devem ser consideradas pelos movimentos feministas e de que não existe hierarquia entre esses diferentes eixos da opressão permeiam todo o texto. Essa é mais uma evidência de que, como demonstrado também pelas feministas do coletivo Combahee River, mesmo antes da criação do conceito de interseccionalidade e da institucionalização dos estudos interseccionais, teóricas e militantes feministas já adotavam os princípios que guiam o conceito até hoje.

Poucos anos depois da publicação de “Mulheres, raça e classe”, bell hooks publicou o livro “Feminist theory: from margin to center” em 1984, ainda sem tradução

⁶ Artigo publicado no portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>

para o português. Na dedicatória do livro, ela cita Angela Davis, o que demonstra a proximidade entre as duas autoras e a influência mútua que uma exerceu sobre a outra. De acordo com hooks, o que a motivou a escrever o livro, que também é considerado um clássico da teoria feminista, foi o fato de que as teorias feministas hegemônicas eram produzidas por mulheres de grupos privilegiados que viviam no centro, cujas perspectivas raramente incluíam os conhecimentos produzidos por mulheres e homens que viviam à margem da sociedade. Como consequência, faltava às teorias feministas uma compreensão total da realidade e uma análise capaz de compreender a variedade das experiências humanas.

hooks demonstra ao longo do livro como a consideração da interação entre gênero, raça e classe mudou a direção do movimento e da prática feministas que até então afirmavam que o gênero era o principal determinante das experiências de vida das mulheres. Hoje em dia, a maioria das teóricas e militantes feministas aceitam o fato de que devemos considerar o machismo, o racismo e o a opressão de classe como fatores imbricados. No entanto, na época em que o livro foi escrito, ou seja, em 1981, a maioria das teóricas feministas, brancas e de classes privilegiadas, eram hostis a essa perspectiva. Feministas que defendiam a conexão entre gênero, raça e classe eram acusadas de serem traidoras e de tirarem o foco daquilo que realmente importava. O compromisso em criar uma teoria feminista negra capaz de abordar as mais variadas preocupações feministas está no cerne do livro.

bell hooks utiliza ao longo do livro uma linguagem acessível a todas e todos que nunca tiveram contato com os debates teóricos feministas. Essa decisão faz parte do projeto revolucionário da autora que defende que uma revolução feminista que combata o patriarcado apenas será possível se toda a sociedade, incluindo homens e mulheres, tiver consciência da importância da luta feminista. Dessa forma, a autora critica teóricas feministas que falam apenas para uma elite intelectual de classes privilegiadas que não é capaz de democratizar o acesso à produção do conhecimento.

O livro de bell hooks teve papel fundamental para apontar os limites do feminismo hegemônico no que diz respeito à incorporação das perspectivas das mulheres negras. A crítica à categoria universal “mulheres” é feita a partir da inclusão das mulheres negras na teoria e prática feministas. A autora aponta para a existência de relações de opressão entre as mulheres e para o frequente silenciamento das mulheres negras. O ponto de vista dessas mulheres, em oposição a um suposto “nós” baseado na perspectiva de mulheres

brancas de classes privilegiadas, é fundamental para a construção de um projeto político feminista radical.

É interessante notar que nem as feministas do coletivo Combahee River, nem Angela Davis, nem bell hooks, apontaram para a necessidade de inclusão de outros marcadores sociais da diferença como idade e deficiência, por exemplo. Essas autoras consideraram as dimensões de raça, classe, gênero e sexualidade (essa última principalmente no caso do coletivo Combahee River) como os eixos estruturais e estruturantes da dominação. No entanto, trabalhos mais recentes sobre interseccionalidade, como veremos adiante, têm apontado para outras dimensões das identidades que devem ser considerados na análise.

As teóricas do feminismo negro no Brasil e o pioneirismo de Lélia Gonzalez

Ao mesmo tempo em que o coletivo Combahee River e, posteriormente, Angela Davis, bell hooks e outras teóricas feministas estadunidenses afirmavam a necessidade de incorporação da dominação de classe e de raça em um projeto político feminista radical, no Brasil, teóricas como Lélia Gonzalez caminhavam na mesma direção. A trajetória de Lélia Gonzalez se confunde com a trajetória das primeiras organizações de mulheres negras brasileiras (RATTS e RIOS, 2010). Nascida no ano de 1935, em Belo Horizonte, filha de uma trabalhadora doméstica de ascendência indígena e de um trabalhador ferroviário negro, entrou na universidade em meados dos anos 1950, quando entrou em contato com o movimento negro. No ano de 1980, na reunião do Grupo de Trabalho “Temas e problemas da população negra no Brasil”, no IV Encontro Anual da ANPOCS, Lélia Gonzalez apresentou o texto intitulado “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. Em um trecho do texto a autora afirma:

“O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nossa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva sócio-econômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações.” (GONZALEZ, 1983)

Nesse trecho, Lélia Gonzalez aponta para as especificidades das opressões vividas por mulheres negras e critica as ciências sociais brasileiras por, de maneira geral, incorporarem o racismo apenas a partir de uma perspectiva econômica, não levando em consideração outras dimensões dessa opressão. Além disso, a autora defende que a articulação entre as categorias de raça, classe, sexo⁷ e poder é necessária para que as estruturas de dominação da sociedade possam ser diferenciadas. Dessa forma, racismo, sexismo e classismo são para ela eixos estruturantes da dominação e sua imbricação faz com que as mulheres negras pobres ocupem na estrutura social uma posição desigual em relação às mulheres brancas e de classe média. Isso significa que, para Lélia Gonzalez, nenhum movimento de mulheres pode ser considerado realmente feminista se não levar em consideração as especificidades vividas pelas mulheres negras.

Assim como Angela Davis, Lélia Gonzalez defende que a escravidão foi um acontecimento que estruturou e continua estruturando a maneira pela qual as opressões entre brancos e negros acontecem. Assim, as duas autoras concordam que a experiência histórica da escravidão deve ser o ponto de partida fundamental para explicar tanto as teorias quanto as lutas das feministas negras. No entanto, o contexto brasileiro possui características particulares que devem ser levadas em consideração. A ideologia da democracia racial sustentada por alguns teóricos brasileiros e o consequente ideal de mestiçagem serviram para encobrir a opressão racial vivida pela população negra. Outra característica do racismo no Brasil, de acordo com a autora, diz respeito à ideologia do branqueamento, ou seja, ao desejo de embranquecer internalizado pela população negra que nega sua própria raça e cultura.

Lélia Gonzalez também é conhecida por ter criado o conceito de amefricanidade. Esse conceito parte de uma perspectiva pós-colonial e pretende retomar o contexto da diáspora negra e do extermínio das populações indígenas. Ele pretende recuperar as histórias de luta e resistência dessas populações contra a violência do poder colonial. É uma proposta epistemológica que pretende repensar a produção do conhecimento desde dentro desses grupos, criticando perspectivas centradas na Europa (CARDOSO, 2014). É uma abordagem que tem como objetivo conectar diversas formas de dominação como o racismo, o colonialismo, o imperialismo e seus efeitos. Nesse ponto, fica evidente o

⁷ Como podemos perceber, Lélia Gonzalez não utilizava a categoria “gênero” em seus textos. Isso pode ter relação com o fato de que essa categoria foi forjada nos países anglo-saxões, considerados imperialistas pela autora.

diálogo, mesmo que não explícito de Lélia Gonzalez com as teóricas da epistemologia do ponto de vista, como Haraway (1988) e Harding (1991), que critica a suposta neutralidade do conhecimento e considera as experiências vividas como uma dimensão fundamental da produção científica. Assim como a *stand point theory*, Lélia Gonzalez criticou em sua obra a suposta neutralidade da produção científica apontando para o fato de que todo conhecimento é situado. No caso das teorias feministas, a autora demonstrou as particularidades características das vivências das mulheres negras que o feminismo branco e europeu não foi capaz de enxergar (GONZALEZ, 1988). Ela afirma, por exemplo, que falar sobre divisão sexual do trabalho sem considerar seu componente racial é recriar um tipo de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco.

O conceito de amefricanidade possui relação direta com a noção de ancestralidade, tão cara aos movimentos feministas negros. A amefricanidade pretende resgatar os espaços fundadores da ancestralidade mítica negra como os quilombos, no caso brasileiro. Tais experiências são vistas pela autora como um patrimônio da diáspora africana que deve ser cultuado e valorizado. Por isso, os escritos de Lélia Gonzalez referem-se constantemente à figura de Zumbi dos Palmares como fonte de inspiração histórica para as lutas e demandas do movimento negro (BAIROS, 2006).

Lélia Gonzalez, parafraseando a famosa frase de Simone de Beauvoir em “O segundo sexo” (1980), “Não se nasce mulher, torna-se”, afirma que não se nasce negro, torna-se. Dessa forma, a autora faz uma crítica a noções essencialistas ou biológicas de raça, argumentando que essa é uma construção social e um processo de descoberta para as pessoas negras. Ao mesmo tempo, critica mais uma vez as ideologias da democracia racial e do branqueamento, demonstrando a dificuldade de tornar-se negro em um país que, apesar de no discurso celebrar a mestiçagem, discrimina seus cidadãos com base em opressões de cor, sexo e classe.

Tendo em vista as discussões apresentadas até aqui a partir da análise das obras de teóricas feministas pioneiras, na próxima seção desenvolveremos o conceito de interseccionalidade como tem sido abordado na contemporaneidade e debateremos sobre a institucionalização do campo de estudos interseccionais.

A interseccionalidade enquanto campo de estudos institucionalizado e prática política

Como foi possível perceber até aqui, teóricas e militantes feministas, tanto nos EUA quanto no Brasil, já haviam criticado a universalidade da categoria “mulheres” apontando para outros eixos de opressão que incidem sobre as experiências de vida das mulheres negras. Defenderam também que não há hierarquia entre essas diversas formas de opressão e, portanto, não é possível determinar qual delas é mais fundamental. No entanto, a emergência de uma agenda de pesquisa fundada na interseccionalidade das relações sociais, inclusive com a criação de instituições de pesquisa voltadas especificamente para essa abordagem, aconteceu alguns anos depois. A teórica reconhecida como a fundadora do conceito de interseccionalidade é Kimberlé Crenshaw, jurista estadunidense, que em 1989 utilizou o termo pela primeira vez no texto “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”. Crenshaw nesse texto defende que o conceito de interseccionalidade não é uma noção abstrata, mas uma descrição da maneira pela qual as múltiplas formas de opressão são vividas que tem impacto sobre as ações jurídicas. Em um texto publicado no Brasil em 2002, a autora apresenta uma definição do conceito:

“A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.” (CRENSHAW, 2002)

Crenshaw utiliza o caso da empresa General Motors como exemplo para a defesa da importância de uma perspectiva interseccional. Nesse caso, cinco mulheres negras processaram a empresa por discriminação de raça e gênero nas contratações. A interpretação dos tribunais foi a de que as mulheres não podiam provar a discriminação de gênero porque a empresa contratava mulheres brancas e também não podiam provar a

discriminação racial porque homens negros eram contratados. No entanto, nenhuma mulher negra havia sido contratada. Dessa forma, pelo fato de os juizes não adotarem uma abordagem interseccional, as mulheres negras acabaram caindo em uma espécie de ponto cego da análise.

Esse caso demonstra a preocupação da autora com a adoção de ações legais capazes de combater a discriminação contra as mulheres negras. Essa perspectiva jurídica sobre a interseccionalidade acabou influenciando a produção acadêmica que adotou o conceito tanto em uma perspectiva teórica quanto metodológica. Crenshaw recebeu críticas por enfatizar as dimensões de gênero e raça em detrimento da classe, o que teria retirado o caráter econômico e material das desigualdades (HIRATA, 2014). Aliás, o debate sobre interseccionalidade cria tensões entre as autoras no que diz respeito a quais são as dimensões estruturantes da opressão. Algumas defendem que gênero, raça e classe formam uma tríade fundamental enquanto outras acreditam que elementos como idade, deficiência e religião também devem ser incorporados à análise (VIVEROS, 2016).

Por enquanto, essas disputas não chegaram a nenhum consenso e, provavelmente, não irão chegar. No que diz respeito à dimensão da pesquisa, o importante é identificar quais dessas dimensões são relevantes para a análise de determinado fenômeno social. Pode ser que para um determinado processo, raça e classe tenham mais importância do que o gênero, por exemplo, enquanto que em outros momentos o gênero pode ganhar importância fundamental. Cabe à pesquisadora fazer essa distinção e verificar para o seu objeto de análise quais são os marcadores sociais de desigualdade que importam⁸.

Como defendido por Patricia Hill Collins (2015), a noção de interseccionalidade pode ser interpretada a partir de três dimensões que compõem um projeto de conhecimento. Em primeiro lugar, ela pode ser considerada um campo de estudos teórico que, recentemente, tem sido institucionalizado dentro das universidades contando inclusive com centros de pesquisa dedicados exclusivamente a essa temática. Em segundo lugar, a interseccionalidade pode ser entendida como uma ferramenta metodológica utilizada para analisar objetos específicos em determinadas circunstâncias. Por fim, a interseccionalidade pode ser vista como uma forma de prática política utilizada por militantes e movimentos sociais para articular as lutas contra as diversas formas de

⁸ Como afirmou a professora Helena Hirata em sala de aula, a interseccionalidade pode ser considerada um conceito de geometria variável.

opressão estruturais que caracterizam a sociedade. Collins considera que essa última dimensão é aquela que tem sido menos considerada por teóricas feminista e é a que representa uma maior ameaça ao *status quo*. Isso quer dizer que a institucionalização da interseccionalidade como campo de estudos e a utilização deste conceito como ferramenta metodológica vieram acompanhadas da perda de seu caráter crítico. A crítica radical contida nas primeiras obras que consideraram a diversidade das experiências das mulheres, antes mesmo da criação do conceito de interseccionalidade, como demonstrado por Angela Davis, bell hooks e Lélia Gonzalez, foi sendo deixada de lado com o passar do tempo e as teóricas da interseccionalidade foram se distanciando dos movimentos sociais e da dimensão da prática política.

A interseccionalidade enquanto um projeto de conhecimento dialoga diretamente com as teóricas feministas que defendem a epistemologia do ponto de vista. A *stand point theory*, como dito anteriormente, defende que a produção do conhecimento não é neutra e que o lugar ocupado por nós na estrutura social influencia a maneira pela qual olhamos para o mundo. Dessa maneira, a ideia defendida por alguns positivistas de que é possível produzir uma ciência que separe totalmente o pesquisador de seu objeto de estudo é ideológica, já que essa separação total é impossível. As teóricas da interseccionalidade compartilham dessa visão ao afirmarem que a imbricação dos diversos eixos de opressão produz pontos de vista diferenciados que devem ser considerados igualmente válidos e científicos (BIROLI e MIGUEL, 2015). Isso significa que as diversas perspectivas sociais devem ser incluídas e consideradas igualmente legítimas. No entanto, é importante ressaltar que a epistemologia do ponto de vista não significa a ausência de diálogo entre os diferentes grupos sociais e nem a impossibilidade da fala. Pelo contrário, ela requer o reconhecimento da existência de relações de poder para que o diálogo entre as pessoas seja possível.

Ange Marie Hancock (2007), por sua vez, propõe que a interseccionalidade seja formalizada como teoria normativa, por um lado, e como investigação empírica, por outro. A autora afirma que todos os processos sociais complexos são compostos por mais de uma categoria de diferenciação, mas as relações entre as categorias são variáveis e abertas para a análise empírica. Outra característica da interseccionalidade está no fato de que ela articula diversos níveis de análise que incluem desde o indivíduo até as instituições, combinando questões macrossociológicas e microssociológicas.

As discussões apresentadas até aqui permitem afirmar que o surgimento do campo dos estudos interseccionais a partir da criação do conceito de interseccionalidade por Kimberlé Crenshaw teve como fonte de inspiração as obras de autoras pioneiras como Angela Davis, bell hooks e Lélia Gonzalez. Essas autoras já apontavam para o fato de que existem diversos eixos de opressão que influenciam as experiências de vida das mulheres e de que não deve existir hierarquia entre eles, ideias que têm sido reforçadas e aprofundadas pelos estudos interseccionais contemporâneos. Assim, a afirmação de que a criação do conceito de interseccionalidade é recente deve considerar que os princípios fundamentais contidos no conceito possuem uma longa trajetória coletiva de pensamento e de prática política. Além disso, é importante ressaltar o fato de que o campo de estudos interseccionais é permeado por conflitos teóricos e políticos que ainda estão em disputa por teóricas e militantes feministas de grande relevância. Portanto, essa agenda de pesquisa continua sendo inovadora e promissora não somente para o campo dos estudos feministas, mas para as ciências humanas de maneira geral.

Conclusões

Os estudos sobre interseccionalidade tem ganhado centralidade no campo dos estudos feministas e nas ciências humanas de maneira geral. A criação de centros de pesquisa voltados especificamente para esse tipo de abordagem e a utilização de recursos metodológicos interseccionais nas pesquisas são reflexo desse fenômeno. Parte dos movimentos feministas contemporâneos também têm defendido uma perspectiva interseccional em sua prática política. Contudo, isso não significa que a análise imbricada das opressões é algo recente. Pelo contrário, teóricas feministas tanto nos EUA quanto no Brasil desde pelo menos a década de 1980 têm criticado a universalidade da categoria “mulheres” que, em sua origem, partiu de uma perspectiva branca, heterossexual e das classes dominantes e acabou ocultando os pontos de vista de outras mulheres. Nesse sentido, as obras das pioneiras Angela Davis, bell hooks e Lélia González são um exemplo de como articular militância e produção teórica a partir de uma abordagem que hoje em dia chamamos de interseccional.

Ao longo do trabalho apontamos algumas das principais contribuições das obras dessas teóricas a partir de uma retomada histórica de seus textos. Em seguida, apresentamos os debates em torno do conceito de interseccionalidade que, a partir da obra

de Kimberlé Crenshaw, foi incorporado ao campo dos estudos feministas. Alguns desafios permanecem para aquelas que pretendem desenvolver a interseccionalidade enquanto projeto de conhecimento. O primeiro deles diz respeito a quais categorias devemos considerar relevantes em uma análise interseccional. Essa variação depende do objeto de análise e de seu contexto histórico e social. O segundo desafio está na retomada do potencial crítico da interseccionalidade que estava presente na obra das pioneiras e que acabou sendo deixado de lado por parte das teóricas feministas contemporâneas que acabaram se preocupando mais com a institucionalização do campo do que com uma prática política interseccional que seja de fato emancipatória.

Referências bibliográficas

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. Cadernos Pagu, n°43, 2014.

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn (Org.). O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas; Criola; Global Exchange, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades.

CARDOSO, Cláudia. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. Revista Estudos Feministas, vol. 22, no. 3, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality's definitional dilemmas. Annual Review of Sociology, Palo Alto, n. 41, p. 1-20, 2015.

Combahee River Collective. The Combahee River Collective statement. [1978]. In: Smith, B. (org.). Home girls: a black feminist anthology. New Jersey, Rutgers University Press, pp. 264-274, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, pp. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10 (1): 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. *Women, race and class*. Nova York, Vintage Books, 1981.

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. Portal Geledés, disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>, 1997.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

HANCOCK, Ange-Marie. Intersectionality as a normative and empirical paradigm. *Politics and Gender*, 3(2), 248–254, 2007.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the sciences question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, 14 (3): 575-599, 1988.

HARDING, Sandra. *Whose science, whose knowledge? Thinking from women's lives*. Ithaca, ny, Cornell University Press, 1991.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Revista Tempo Social*, v. 26, no. 1, 2014

hooks, bell. *Feminist theory: from margin to center*. Boston: South End Press, 1984.

LORDE, Audre. *The collected poems of Audre Lorde*. W.W. Norton and Company Inc., 1997.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. Lélia Gonzalez. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2010.

RIOS, Flavia. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia. In: Eva Blay; Lucia Avelar. (Org.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. 1a.ed.São Paulo, São Paulo, Brasil: Edusp, v. 1, p. 227-253, 2017.

VIVEROS, Mara. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. *Revista Debate Feminista*, v.52, 2016.